

Unimed Santa Bárbara d'Oeste e Americana – Cooperativa Trabalho Médico

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

1 Contexto operacional

A Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana – Cooperativa de Trabalho Médico, sediada em Americana SP, contava com 353 cooperados em 2022 (350 em 2021) e tem objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica para sua defesa econômico-social, prestando-lhes serviços para proporcionar melhores condições de trabalho para o exercício de suas atividades junto ao mercado, através de disponibilização dos serviços dos associados e atos complementares aos mesmos serviços, atendendo a finalidade da sociedade cooperativa. A Cooperativa tem a missão de promover soluções em saúde com qualidade e inovação, satisfazendo cooperados, clientes e a sociedade.

Os planos de saúde propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus beneficiários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços cooperados, credenciados e rede própria na sua cidade sede e região. A Cooperativa conta com a sede da operadora, serviço de promoção e prevenção à saúde, serviço de saúde ocupacional, SOS, Oncologia, atendimento domiciliar e hospital próprio, localizados em Americana – SP e Santa Bárbara d'Oeste – SP.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da controladora Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana – Cooperativa de Trabalho Médico e da seguinte controlada:

	<u>% de participação</u> <u>2022</u>
Controlada direta:	
Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Participações S/A	90,1474%
Controladas indiretas:	
CSC Unipart Ltda.	99%
Instituto Cardiovascular de Americana Ltda.	60%
PET CT Ltda.	35%

a Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Participações S/A - Controlada direta

A Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Participações S/A é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em Americana - SP. Constituída em 27 de fevereiro de 1998, e tem por objetivo prestar serviços de análises clínicas e laboratoriais e administração de bens próprios.

DS
FDVG

DS
CH



www.unimedsa.com.br
Santa Bárbara d'Oeste - SP
Av. Tiradentes, 340 - Vila Mac Knight - 13450-236
T. (19) 3464.9530 F. (19) 3455.0350

Americana - SP
Avenida Brasil, 555 - Vila Medon - 13465-240
T. (19) 3471.3000 F. (19) 3471.3084

b CSC Unipart Ltda. – Controlada indireta

A CSC Unipart Ltda., constituída em 23 de outubro de 2017 sob a forma de sociedade limitada, tem sua sede instalada na cidade Americana, estado de São Paulo. Tem como objeto principal a atividade de prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

c Instituto Cardiovascular de Americana Ltda. – Controlada indireta

Instituto Cardiovascular de Americana Ltda., constituída em 29 de maio de 2007 sob a forma de sociedade limitada, tem sua sede instalada na cidade Americana, estado de São Paulo. Tem como objeto social a prestação de serviços médicos de diagnóstico e o tratamento invasiva na área de cardiologia, endovascular e neurovascular.

d Pet CT Santa Barbara e Americana Ltda. – Controlada indireta

A investida Pet CT Ltda, constituída em 19 de janeiro de 2018, tem por objetivo social a atividade de clínica médica, especializada em medicina nuclear e imagenologia, com recursos para realização de exames de alta complexidade e especialmente a tomografia por emissão de pósitrons, denominada "PET/CT", para atendimento de planejamento em tratamento de radioterapia.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

Como operadora de planos de assistência à saúde, a Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Cooperativa de Trabalho Médico encontra-se registrada na ANS, sob o nº 36929-2.

DS
FDVG

DS
CA

DocuSigned by:
CA
Assinado por: CESAR AUGUSTO CIELO.02510661850
CPF: 02510661850
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2023 | 12:11:57 PDT
ICP
Brasil
00BEE3F7D96743C8989F51258D23CBB8

3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cooperativa e suas controladas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa e suas controladas continuarem operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 3 de fevereiro de 2023.

b. Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa e suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em Reais.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa e suas controladas faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

DS
FDVG

DS
CA

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e suas controladas e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 11** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 12** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;
- **Nota explicativa nº 13** – Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA, PEONA SUS e Ressarcimento ao SUS; e
- **Nota explicativa nº 17** – Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

e Base de consolidação

e.1 Controladas

A Cooperativa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial.

e.2 Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre a Cooperativa e suas controladas (diretas e/ou indiretas), e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre elas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

DS
FDVG

DS
CA

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cooperativa e suas controladas para a gestão desses ativos financeiros. A Cooperativa e suas controladas inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros”. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Cooperativa e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Cooperativa e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros que a Cooperativa e suas controladas possuem são classificados em duas categorias:

- *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Cooperativa e suas controladas ao custo amortizado incluem crédito de operações com planos de assistência à saúde, créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e bens e títulos a receber.

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria a Cooperativa e suas controladas classificam as aplicações financeiras e investimentos.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Cooperativa e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Cooperativa e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Cooperativa e suas controladas nem transferiram nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

DS
FDVG

DS
CA

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Cooperativa e suas controladas incluem débitos de operações assistência à saúde, débitos de operações assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, empréstimos e financiamentos a pagar e débitos diversos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros que a Cooperativa e suas controladas possuem são classificados na categoria:

- *Passivos financeiros ao custo amortizado:* após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa e suas controladas. Conforme determinação da ANS em grupo titulado "Disponível".

DS
FDVG

DS
CH

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado. As aplicações resgatáveis acima de 1 ano, estão classificadas no não circulante, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 521/2022, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa e suas controladas, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

f Investimentos

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas. Os investimentos realizados em controladas ou coligadas são avaliados por meio do método de equivalência patrimonial. Nesse método, a participação proporcional da Cooperativa sobre os lucros de suas investidas é reconhecido no resultado não operacional.

g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do

DS
FDVG

DS
CA

imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa e suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

DS
FDVG

DS
CA

j.1 Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido de acordo com o “pro rata temporis”.

j.2 Provisão para remissão

Decorrente de cláusulas contratuais estabelecida pela RN 104 da ANS e posteriores alterações pela RN 462/2020. É calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. A provisão é segregada entre benefícios concedidos e benefícios a conceder, conforme segue:

Benefícios concedidos: quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

j.3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

j.4 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

j.5 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 209, de 29 de dezembro de 2009 e posteriores alterações, a Cooperativa deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. Até 2013 ela foi constituída com base na RN 160 e posteriores alterações. A partir de setembro de 2014, a Cooperativa elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A provisão teve seu início em janeiro de 2008.

j.6 Outras Provisões

Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (“DIOPE”), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

DS
FDVG

DS
CA

k Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa e suas controladas tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as Operadoras e seus associados, e pelas Operadoras entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

DS
FDVG

DS
CA

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;
- As despesas e as demais receitas indiretas são alocadas entre atos cooperativos e não cooperativos na proporção do faturamento desses atos, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

p **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa e suas controladas questionaram a inconstitucionalidade de tributos.

q **Capital social**

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

DS
FDVG

DS
CH

DocuSigned by:
CAC
Assinado por: CESAR AUGUSTO CIELO.02510661850
CPF: 02510661850
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2023 | 12:12:47 PDT
ICP
Brasil
00BEE3F7D96743C89B5F51258D23CBB8

r Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Cooperativa.

s Novos pronunciamentos contábeis

O Plano de Contas Padrão da ANS para operadoras de planos de saúde, instituído pela RN n.º 472/2021, em vigor desde 1º de janeiro de 2022, revogado pela RN nº 528/2022 em 1º de junho de 2022, requer a adoção dos seguintes pronunciamentos:

<u>IFRS CPC</u>	<u>Pronunciamentos</u>	<u>Data de entrada em vigor ANS</u>
IFRS 16 CPC 06 (R2)	Arrendamentos	1º/01/2022
IFRS 15 CPC 47	Receita de Contrato com Cliente	1º/01/2022

▪ **CPC 06 R2 (IFRS 16)**

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Com relação à natureza das despesas relacionadas com estes contratos, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com a junção do custo de depreciação dos ativos de direito de uso e da despesa de juros sobre os passivos de arrendamentos, passando a registrar em despesas financeiras. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

Para o exercício de 2022, a Cooperativa realizou o levantamento de todos os contratos de arrendamentos e concluiu que o saldo não é relevante para mensuração.

▪ **CPC 47 (IFRS 15)**

O CPC 47, conforme descrito no novo Plano de Contas da ANS, diz que o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente acordado entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao comprador,

DS
FDVG

DS
CA

Em atendimento ao novo plano de contas, a Cooperativa modificou a contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, passando a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Desta forma, no grupo de receitas consta apenas a taxa de administração cobrada. As modificações foram feitas a partir de janeiro de 2022, conforme apresentado a seguir:

- **Corresponsabilidade cedida**

<u>Conta</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>
3117	(-) Contraprestações de Corresponsabilidade cedida de assistência à saúde (i)	2.240.153
4116	Eventos/sinistros conhecidos ou avisados prestados por rede indireta (ii)	32.596.853

- (i) Conforme o plano de contas instituído pela RN nº 528/2022, no grupo 3117 passaram a ser registrados apenas os saldos referentes a taxa de administração cobrada.
- (ii) No grupo 4116 passaram a ser reconhecidos todos os saldos de despesa e recuperação de eventos e sinistros conhecidos ou avisados prestados os eventos prestados por rede indireta (de outras operadoras), saldos que até o exercício de 2021 eram registrados na 3117.

- **Corresponsabilidade assumida**

<u>Conta</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>
311112186	Taxa de administração (i)	3.859.653
411112184	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	(26.107.179)
411112284	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	(4.933.983)
411512084	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	-

- (i) Até exercício de 2021, os saldos de contraprestações de corresponsabilidade assumida eram registrados integralmente no grupo 3111121X6, a partir de 2022 com base na modificação instituída, neste grupo permanece apenas a taxa de administração (se houver).
- (ii) Os saldos anteriormente registrados no grupo 3111121X6, conforme descrito acima, passaram a ser registrados como redutores dos eventos/sinistros conhecidos ou avisados de assistência à saúde, no grupo 411.

DS
FDVG

DS
CA

DocuSigned by:
CAC
Assinado por: CESAR AUGUSTO CIELO 02510661850
CPF: 02510661850
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2023 | 12:12:57 PDT
ICP
Brasil
00BEE3F7D96743C89B5F51258D23CBB8

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)				
Fundo dedicado ao setor de saúde complementar	20.514.051	15.390.763	20.514.051	15.390.763
	20.514.051	15.390.763	20.514.051	15.390.763
Aplicações livres				
Depósitos bancários a prazo - CDB/RDB	17.354.442	21.158.698	21.770.367	22.666.881
Cotas de fundos de investimentos	22.581.291	18.414.805	22.581.291	18.414.804
	39.935.733	39.573.503	44.351.658	41.081.686
	60.449.784	54.964.266	64.865.709	56.472.449

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa e suas controladas

(i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas, conforme nota explicativa nº 13, são aplicações financeiras vinculadas a Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras, cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, de acordo com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 479/2022.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contraprestações Pecuniárias				
Plano individual	3.596.273	4.020.508	3.596.273	4.020.508
Plano coletivo	5.440.014	5.322.607	5.440.014	5.322.607
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(2.944.462)	(3.311.547)	(2.944.462)	(3.311.547)
	6.091.825	6.031.568	6.091.825	6.031.568
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis				
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	488.095	515.368	488.095	515.368
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis a cobrar	2.485.947	1.417.456	2.485.947	1.417.456
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(197.030)	(44.857)	(197.030)	(44.857)
	2.777.012	1.887.967	2.777.012	1.887.967
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde				
Contraprestação de corresponsabilidade assumida	8.260.959	7.935.396	8.260.959	7.935.396
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(8.884)	-	(8.884)	-
	8.252.075	7.935.396	8.252.075	7.935.396
	17.120.912	15.854.931	17.120.912	15.854.931

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

DS
FDVG

DS
CA

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Intercâmbio a receber - atendimento eventual (i)	2.238.963	1.664.536	2.238.963	1.664.536
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (ii)	(69.523)	(577.546)	(69.523)	(577.546)
Outras contas a receber	223.519	148.966	223.519	148.966
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (ii)	(11.893)	(930)	(11.893)	(930)
	2.381.066	1.235.026	2.381.066	1.235.026

- (i) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimeds.
- (ii) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

8 Bens e títulos a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Estoques de materiais e medicamentos (i)	9.150.438	10.597.797	9.709.121	11.160.561
Adiantamentos	477.709	901.561	904.119	1.215.343
Títulos a receber (ii)	642.678	493.389	2.198.336	3.444.903
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(79.098)	(68.503)	(147.554)	(144.889)
Outros bens e títulos a receber	233.088	238.200	252.462	8.115
	10.424.815	12.162.444	12.916.484	15.684.033
Não circulante				
Títulos a receber (ii)	865.660	1.183.512	1.165.660	364.137
	865.660	1.183.512	1.165.660	364.137

- (i) Estoque de materiais e medicamentos distribuídos nas unidades de atendimento da Cooperativa conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Medicamentos	6.510.325	7.891.494	6.534.904	7.951.180
Materiais médico-hospitalares	1.604.381	1.966.464	2.087.828	2.466.414
OPME (*)	125.524	113.891	167.729	113.891
Materiais para manutenção	339.313	333.427	339.397	333.511
Material de higiene e limpeza	85.873	131.669	86.251	132.003
Gêneros alimentícios, dietas e nutrição	41.759	46.899	41.975	46.899
Materiais de copa e cozinha	2.564	988	2.840	988
Rouparia	2.215	1.447	2.215	1.447
Outros estoques	353.691	7.418	353.691	7.420
Almoxarifado	84.793	104.100	92.291	106.808
	9.150.438	10.597.797	9.709.121	11.160.561

(*) Órteses, próteses e materiais especiais, nacionais e importados

- (ii) Compostos por valores a receber referentes aos serviços prestados, clientes particulares e outros convênios.

DS
FDVG

DS
CA

9 Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depósitos judiciais e fiscais - Tributos (i)	16.248.550	14.574.561	16.347.638	14.574.561
Depósitos judiciais e fiscais - Cíveis	70.412	69.087	70.412	100.249
Depósitos judiciais e fiscais - Trabalhistas	120.606	21.046	120.606	21.046
Depósitos judiciais e fiscais - Ressarcimento ao SUS	2.001.883	1.886.596	2.001.883	1.886.596
	18.441.451	16.551.290	18.540.539	16.582.452

- (i) Saldo é composto substancialmente por depósitos judiciais de PIS e da COFINS entre os exercícios de 2012 a 2018, através do processo 0000010-11.2012.403.6109 que tramita na Vara da Justiça Federal de Piracicaba (SP), cuja matéria discutida refere-se a não incidência dos respectivos débitos sobre atos cooperativos. Atualmente a legitimidade dos créditos de PIS foram deferidos nos autos por meio do mandado de segurança nº. 0002676-05.2000.403.6109, no entanto, a Administração discute em juízo a adequada base de cálculo para aproveitamento e pedido de ressarcimento na operação.

10 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial				
Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Participações S/A	15.669.842	15.554.070	3.416.104	3.494.953
	15.669.842	15.554.070	3.416.104	3.494.953
Participações Societárias pelo Método de Custo				
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	2.040.442	2.040.442	2.040.442	2.040.442
Central Nacional Unimed	506.156	506.156	506.156	506.156
Sicoob Unicentro	2.103.193	2.102.494	2.266.639	2.264.539
Unimed Centro Paulista (Federação)	801.211	801.211	801.211	801.211
Unicred Do Estado De São Paulo	8.174	8.174	8.174	8.174
Unimed Seguradora S/A	1.139.228	1.040.998	1.165.593	1.065.090
Unimed Participações S/A	413.412	376.460	642.054	585.330
	7.011.816	6.875.935	7.430.269	7.270.942
Outros investimentos				
Telefônica Brasil S/A	10.600	10.600	10.600	10.600
Tim S/A	445	444	445	444
Unimed Cooperativa Central de Bens e Serviços	2.120.164	1.616.622	2.120.164	1.616.622
Imóveis destinados à venda (i)	-	-	14.936.535	-
	2.131.209	1.627.666	17.067.744	1.627.666
	24.812.867	24.057.671	27.914.117	12.393.561

DS
FDVG

DS
CA

DocuSigned by:
CA
Assinado por: CESAR AUGUSTO CIELO 02510661850
CPF: 02510661850
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2023 | 12:13:13 PDT
ICP
Brasil
00BEE3F7D96743C8989F51258D23CBB8



www.unimedsa.com.br
 Santa Bárbara d'Oeste - SP
 Av. Tiradentes, 340 - Vila Mac Knight - 13450-236
 T. (19) 3464.9530 F. (19) 3455.0350

Americana - SP
 Avenida Brasil, 555 - Vila Medon - 13465-240
 T. (19) 3471.3000 F. (19) 3471.3084

b Movimentação dos investimentos

	Controladora										
	01/01/2021	Adição	Baixa	Ajuste a valor justo	Equivalência Patrimonial	31/12/2021	Adição	Baixa	Equivalência Patrimonial	Outras Movimentações	31/12/2022
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial											
Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Participações S/A	2.051.296	14.141.339	(146.361)	-	(492.204)	15.554.070	-	(85.377)	5.269.512	(5.068.364)	15.669.842
	2.051.296	14.141.339	(146.361)		(492.204)	15.554.070		(85.377)	5.269.512	(5.068.364)	15.669.842
Participações Societárias pelo Método de Custo											
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	2.040.442	-	-	-	-	2.040.442	-	-	-	-	2.040.442
Central Nacional Unimed	481.595	24.561	-	-	-	506.156	-	-	-	-	506.156
Sicoob Unicentro	2.013.074	89.419	-	-	-	2.102.493	700	-	-	-	2.103.193
Unimed Centro Paulista (Federação)	801.211	-	-	-	-	801.211	-	-	-	-	801.211
Unicred Do Estado De São Paulo	4.320	3.854	-	-	-	8.174	-	-	-	-	8.174
Unimed Seguradora S/A	1.008.302	45.162	(12.466)	-	-	1.040.998	98.230	-	-	-	1.139.228
Unimed Participações S/A	363.921	1.603	(11.941)	22.877	-	376.460	36.952	-	-	-	413.412
	6.712.865	164.599	(24.407)	22.877		6.875.934	135.882				7.011.816
Outros investimentos											
Ações Telefonía e Tim S/A	9.636	1.409	-	-	-	11.045	-	-	-	-	11.045
Unimed Cooperativa Central de Bens e Serviços	2.238.218	-	(621.596)	-	-	1.616.622	1.050.888	(547.346)	-	-	2.120.164
	2.247.854	1.409	(621.596)			1.627.667	1.050.888	(547.346)			2.131.209
	11.012.015	14.307.347	(792.364)	22.877	(492.204)	24.057.671	1.186.770	(632.723)	5.269.512	(5.068.364)	24.812.867

	Consolidado												
	01/01/2021	Adição	Baixa	Ajuste a valor justo	Equivalência Patrimonial	Outras Movimentações	31/12/2021	Adição	Baixa	Equivalência Patrimonial	Reclassificação de edificações e terrenos imobilizados para propriedade para investimentos	Outras Movimentações	31/12/2022
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial													
EMEDBR Tecnologia Ltda.	1.675.784	1.025.000	-	-	235.028	559.141	3.494.953	-	-	312.968	-	(391.817)	3.416.104
	1.675.784	1.025.000			235.028	559.141	3.494.953			312.968		(391.817)	3.416.104
Participações Societárias pelo Método de Custo													
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	2.040.442	-	-	-	-	-	2.040.442	-	-	-	-	-	2.040.442
Central Nacional Unimed	481.595	24.561	-	-	-	-	506.156	-	-	-	-	-	506.156
Sicoob Unicentro	2.013.074	251.465	-	-	-	-	2.264.539	2.100	-	-	-	-	2.266.639
Unimed Centro Paulista (Federação)	801.211	-	-	-	-	-	801.211	-	-	-	-	-	801.211
Unicred Do Estado De São Paulo	4.320	3.854	-	-	-	-	8.174	-	-	-	-	-	8.174
Unimed Seguradora S/A	1.008.302	69.254	(12.466)	-	-	-	1.065.090	100.503	-	-	-	-	1.165.593
Unimed Participações S/A	363.921	210.473	(11.941)	22.877	-	-	585.330	56.724	-	-	-	-	642.054
	6.712.865	559.608	(24.407)	22.877			7.270.942	159.327					7.430.269
Outros investimentos													
Ações Telefonía e Tim S/A	9.636	1.409	-	-	-	-	11.045	-	-	-	-	-	11.045
Unimed Cooperativa Central de Bens e Serviços	2.238.218	-	(621.596)	-	-	-	1.616.622	1.050.888	(547.346)	-	-	-	2.120.164
Propriedade para investimentos - Edificações e Terrenos (f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.500.000	436.535	14.936.535
	2.247.854	1.409	(621.596)				1.627.667	1.050.888	(547.346)		14.500.000	436.535	17.067.744
	10.636.503	1.586.017	(646.003)	22.877	235.028	559.141	12.393.562	1.210.215	(547.346)	312.968	14.500.000	44.718	27.914.117

DS
FDVG

DS
CA

DocuSigned by:
 (CA)
 Assinado por: CESAR AUGUSTO CIELO:02510661850
 CPF: 02510661850
 Data/Hora da Assinatura: 29/03/2023 | 12:13:18 PDT
 ICP
 Brasil
 00BEE3F7D06743C89B5F51258D23CB88

- (i) Em 2022, a Administração da Cooperativa contratou peritos especialistas para realizar a avaliação dos imóveis registrados em propriedade para investimentos, cujo laudo apurou um resultado (positivo) de receita a valor justo (mercado) no montante de R\$ 11.874.974. O saldo de propriedade para investimentos é composto por imóveis que são utilizados nas atividades de arrendamento da controlada e outros ativos que foram mantidos para valorização de capital e não estão sendo utilizados na atividade operacional. Conforme preconizado no CPC 28, esses ativos devem ser registrados em propriedade para investimentos e reconhecidos a valor justo por meio do resultado. Anteriormente, esses valores eram classificados no ativo imobilizado da controlada.

c Representação das participações

- Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Participações S/A.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo	40.953.021	38.736.762
Passivo	23.823.018	17.958.907
Patrimônio Líquido	17.130.003	20.777.855
Resultado do Exercício	5.845.441	848.423
% de Participação	<u>90,1474%</u>	<u>88,2051%</u>
Valor Atualizado do Investimento	<u>15.669.842</u>	<u>15.554.070</u>

11 Imobilizado

a Composição do saldo

	Taxa anual de depreciação	Controladora		Controladora			
		2022	2021	2022	2021		
		<u>Custo +</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
		<u>reavaliação</u>	<u>acumulada</u>				
Terrenos		4.537.866	-	4.537.866	4.537.866	9.994.846	14.294.846
Edificações	4%	4.395.989	(1.386.006)	3.009.983	3.101.236	3.009.983	13.301.236
Instalações	10%	1.869.130	(1.277.677)	591.453	683.733	591.453	683.733
Máquinas e equipamentos	10%	15.937.723	(10.533.013)	5.404.710	5.504.068	8.676.182	9.174.156
Móveis e utensílios	10%	5.862.674	(4.194.569)	1.668.105	1.839.081	1.776.852	1.975.811
Computadores e periféricos	20%	5.924.087	(4.346.145)	1.577.942	1.538.038	1.605.103	1.571.992
Outras imobilizações		<u>12.887.459</u>	<u>(7.036.535)</u>	<u>5.850.924</u>	<u>6.317.592</u>	<u>6.497.289</u>	<u>7.007.346</u>
		<u>51.414.928</u>	<u>(28.773.945)</u>	<u>22.640.983</u>	<u>23.521.614</u>	<u>32.151.708</u>	<u>48.009.120</u>

A Administração da Cooperativa e suas controladas realizaram a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2022, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado. Não foram encontradas evidências de necessidade de constituição de *Impairment*, ou provisão de perdas por desvalorização de ativos operacionais.



www.unimedsa.com.br
 Santa Bárbara d'Oeste - SP
 Av. Tiradentes, 340 - Vila Mac Knight - 13450-236
 T. (19) 3464.9530 F. (19) 3455.0350

Americana - SP
 Avenida Brasil, 555 - Vila Medon - 13465-240
 T. (19) 3471.3000 F. (19) 3471.3084

b Movimentação do custo histórico e depreciação acumulada - Controladora

Descrição	1º/1/2021	Aquisição	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2021	Aquisição	Baixa	Depreciação	31/12/2022
Terrenos	4.537.866	-	-	-	-	4.537.866	-	-	-	4.537.866
Edificações	3.192.489	-	-	-	(91.253)	3.101.236	-	-	(91.253)	3.009.983
Instalações	393.134	182.359	-	178.327	(70.087)	683.733	10.334	-	(102.614)	591.453
Máquinas e equipamentos	4.937.310	1.533.760	(3.588)	-	(963.414)	5.504.068	928.538	(305)	(1.027.591)	5.404.710
Móveis e utensílios	1.724.672	446.796	-	1.309	(333.696)	1.839.081	165.780	(168)	(336.588)	1.668.105
Computadores e periféricos	1.525.979	535.140	(323)	(1.309)	(521.449)	1.538.038	587.006	(1.574)	(545.528)	1.577.942
Outras imobilizações	6.584.577	437.010	-	(178.327)	(525.668)	6.317.592	47.311	(3.271)	(510.708)	5.850.924
	22.896.027	3.135.065	(3.911)	-	(2.505.567)	23.521.614	1.738.969	(5.318)	(2.614.282)	22.640.983

c Movimentação do custo histórico e depreciação acumulada - Consolidado

Descrição	1º/01/2021	Aquisição	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2021	Aquisição	Baixa	Depreciação	Consolidado	
										Reclassificação para propriedade para investimentos	31/12/2022
Terrenos	14.294.846	-	-	-	-	14.294.846	-	-	-	(4.300.000)	9.994.846
Edificações	13.392.489	-	-	-	(91.253)	13.301.236	-	-	(91.253)	(10.200.000)	3.009.983
Instalações	393.134	182.359	-	178.327	(70.087)	683.733	10.334	-	(102.614)	-	591.453
Máquinas e equipamentos	7.586.976	3.724.621	(182.717)	-	(1.954.724)	9.174.156	962.600	(305)	(1.460.269)	-	8.676.182
Móveis e utensílios	1.864.884	472.621	(1.113)	1.309	(361.890)	1.975.811	165.780	(168)	(364.571)	-	1.776.852
Computadores e periféricos	1.563.701	584.803	(1.388)	(1.309)	(573.815)	1.571.992	595.219	(1.574)	(560.534)	-	1.605.103
Outras imobilizações	7.117.721	731.812	(101.631)	(178.327)	(562.229)	7.007.346	47.311	(3.271)	(554.097)	-	6.497.289
	46.213.751	5.696.216	(286.849)	-	(3.613.998)	48.009.120	1.781.244	(5.318)	(3.133.338)	(14.500.000)	32.151.708

DS
FDVG

DS
CH

DocuSigned by:
 CAC
 Assinado por: CESAR AUGUSTO CIELO.02510661850
 CPF: 02510661850
 Data/Hora da Assinatura: 29/03/2023 | 12:13:29 PDT
 ICP-Brasil
 00BEE3F7D96743C89B5F51258D23CBB8



www.unimedsa.com.br
Santa Bárbara d'Oeste - SP
Av. Tiradentes, 340 - Vila Mac Knight - 13450-236
T. (19) 3464.9530 F. (19) 3455.0350

Americana - SP
Avenida Brasil, 555 - Vila Medon - 13465-240
T. (19) 3471.3000 F. (19) 3471.3084

12 Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	Controladora		Consolidado			
		2022	2021	2022	2021		
		Amortização					
		Custo	acumulada	Total	Total		
Software	20%	<u>7.559.414</u>	<u>(6.788.350)</u>	<u>771.064</u>	<u>821.702</u>	<u>5.587.527</u>	<u>5.935.506</u>

a Movimentação do intangível - Controladora

Descrição	1º/1/2021	Aquisição	Amortização	31/12/2021	Aquisição	Amortização	31/12/2022
Custo histórico	<u>1.138.698</u>	<u>28.676</u>	<u>(345.672)</u>	<u>821.702</u>	<u>261.437</u>	<u>(312.074)</u>	<u>771.064</u>

b Movimentação do intangível - Consolidado

Descrição	1º/1/2021	Aquisição	Baixa	Amortização	31/12/2021	Aquisição	Amortização	31/12/2022
Custo histórico	<u>6.321.201</u>	<u>351.828</u>	<u>(1.156)</u>	<u>(736.367)</u>	<u>5.935.506</u>	<u>410.818</u>	<u>(758.796)</u>	<u>5.587.526</u>

DS
FDVG

DS
CH

DocuSigned by:
CAC
Assinado por: CESAR AUGUSTO CIELO:02510661850
CPF: 02510661850
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2023 | 12:13:34 PDT
ICP
Brasil
00BEE3F7D96743C89B5F51258D23CBB8



www.unimedsa.com.br
Santa Bárbara d'Oeste - SP
Av. Tiradentes, 340 - Vila Mac Knight - 13450-236
T. (19) 3464.9530 F. (19) 3455.0350

Americana - SP
Avenida Brasil, 555 - Vila Medon - 13465-240
T. (19) 3471.3000 F. (19) 3471.3084

13 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão contraprestação não ganhas – PPCNG (i)						
Plano individual	1.469.010	-	1.469.010	1.533.893	-	1.533.893
Plano coletivo	1.092.400	-	1.092.400	1.594.611	-	1.594.611
	2.561.410	-	2.561.410	3.128.504	-	3.128.504
Provisão para remissão (ii)						
Provisão para remissão	771.363	1.325.011	2.096.374	616.478	1.200.163	1.816.641
	771.363	1.325.011	2.096.374	616.478	1.200.163	1.816.641
Provisão para eventos a liquidar para o SUS						
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	905.869	2.001.883	2.907.752	927.738	1.975.258	2.902.996
	905.869	2.001.883	2.907.752	927.738	1.975.258	2.902.996
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iv)						
Rede Credenciada	6.606.010	-	6.606.010	5.949.110	-	5.949.110
Cooperados	4.016.573	-	4.016.573	4.212.992	-	4.212.992
Intercâmbio	1.086.493	-	1.086.492	644.429	-	644.429
	11.709.076	-	11.709.075	10.806.531	-	10.806.531
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (v)						
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	7.461.204	-	7.461.204	5.289.295	-	5.289.295
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA SUS	325.007	-	325.008	134.140	-	134.140
	7.786.211	-	7.786.212	5.423.435	-	5.423.435
	23.733.929	3.326.894	27.060.823	20.902.686	3.175.421	24.078.107

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. A Controladora possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

DS
FDVG

DS
CH

DocuSigned by:
Assinado por: CESAR AUGUSTO CIELO/02510661850
CPF: 02510661850
Data/Hora de Assinatura: 29/03/2023 | 12:13:40 PDT
ICP
00BEE3F7D96743C89B5F51258D23CBB8

- (i) A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG é constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (ii) Provisão constituída sobre planos que possuem cláusula de remissão, destinada à cobertura de assistência médico-hospitalar aos dependentes em caso de falecimento do usuário titular, apurada com base na metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.
- (iii) O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.
- (iv) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Controladora em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.
- (v) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no Passivo Circulante, foi constituída a partir de janeiro de 2008 com base na Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e alterações posteriores da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Controladora por falta de avisos.

Adicionalmente as operadoras de planos de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 451/2020, RN 227/2010, RN 392/2015, RN 393/2015 e alterações vigentes:

- Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA): representa o valor do capital mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$ 10.883.087 para 31 de dezembro de 2022 (R\$ 9.726.595 em 2021), multiplicado pelo fator $K=4,76\%$ que equivale a R\$ 518.035 (R\$ 462.986 em 2021) e;
- Margem de Solvência: Determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Plano de Saúde deverá atingir. Esse critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:
 - a.1 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou:
 - Modalidade de preço preestabelecido: R\$ 334.011.203 em dezembro de 2022 (R\$ 308.261.288 em 2021); e;
 - Modalidade de preço pós-estabelecido: R\$ 10.908.588 em dezembro de 2022 (R\$ 98.280.884 em 2021).

DS
FDVG

DS
CA

a.2 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 (trinta e seis) meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou:

- Modalidade de preço preestabelecido: R\$ 734.062.457 em dezembro de 2022 (R\$ 653.136.915 em 2021); e;
- Modalidade de preço pós-estabelecido: R\$ 157.391.640 em dezembro de 2022 (R\$ 239.162.009 em 2021).

A Margem de Solvência Parcial Exigida apresentada é de R\$ 60.041.877 (R\$ 54.167.032 em 2021) e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 69.682.999 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 73.562.733 em 2021).

14 Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ	166.223	5.569	269.008	11.167
CSLL	61.897	3.342	108.316	8.973
ISS	677.573	639.981	756.750	655.544
Contribuições Previdenciárias	1.955.518	1.945.890	2.058.187	2.049.502
FGTS	433.472	396.614	460.958	418.331
COFINS e PIS	90.083	115.199	342.559	328.820
Outros Impostos e Contribuições	24.852	32.444	28.007	35.308
IRRF - Funcionários	462.869	374.649	480.858	385.020
IRRF - Terceiros	3.384.675	3.282.819	3.408.779	3.303.904
ISSQN	15.904	17.619	16.920	69.595
COFINS - Terceiros	229	206	229	206
PIS - Terceiros	50	45	50	45
PIS/COFINS/CSLL - Terceiros	614.141	554.328	718.505	636.564
Parcelamento de Tributos e Contribuições (i)	182.564	187.949	384.078	308.163
	8.070.050	7.556.654	9.033.204	8.211.142
Não Circulante				
Parcelamento de Tributos e Contribuições (i)	1.167.660	1.397.835	2.079.154	2.510.112
	1.167.660	1.397.835	2.079.154	2.510.112

(i) Em 2017, a administração da Cooperativa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), na modalidade de “demais débitos” parcelados para os débitos inscritos na Receita Federal do Brasil (RFB). Os benefícios fiscais referem-se à redução de multa e juros que foram reconhecidos no resultado do exercício no momento da adesão na rubrica de receitas financeiras à época.

DS
FDVG

DS
CA

DocuSigned by:
CAI
Assinado por: CESAR AUGUSTO CIELO/02510661850
CPF: 02510661850
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2023 | 12:13:56 PDT
ICP
Brasil
00BEE3F7D96743C89B5F51258D23CBB8



www.unimedsa.com.br
Santa Bárbara d'Oeste - SP
Av. Tiradentes, 340 - Vila Mac Knight - 13450-236
T. (19) 3464.9530 F. (19) 3455.0350

Americana - SP
Avenida Brasil, 555 - Vila Medon - 13465-240
T. (19) 3471.3000 F. (19) 3471.3084

15 Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	Taxa de juros	Vencimento final	2022			2021		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de Giro (i), (ii)	De 0,15% a 2,76% + CDI a.a.	nov/24	1.924.121	820.971	2.745.092	2.243.733	2.216.415	4.460.148
Financiamento	CDI a.a.	jun/23	210.084	-	210.084	416.667	212.250	628.917
Swap (i)	9,1% + CDI a.a.	set/24	446.915	5.330.309	5.777.224	443.258	5.777.223	6.220.481
Leasing	3,33 a.m.	nov/22	-	-	-	38.978	-	38.978
(-) Juros a apropriar			(452.637)	(330.309)	(782.946)	(455.075)	(778.368)	(1.233.443)
			2.128.483	5.820.971	7.949.454	2.687.561	7.427.520	10.115.081

Os financiamentos referem-se a imobilizações e capital de giro. Os encargos são os normais de mercado para as modalidades.

- (i) Obrigações contratuais: Aplicação financeira em valor igual e/ou superior ao financiamento.
- (ii) Garantias: alienação fiduciária.

DS
FDVG

DS
CA

DocuSigned by:
CAC
Assinado por: CESAR AUGUSTO CIELO/02510661850
CPF: 02510661850
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2023 | 12:14:02 PDT
ICP
Brasil
00BEE3F7D98743C89B5F51258D23CB88

16 Débitos diversos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores (i)	16.579.758	13.324.819	17.034.763	15.753.367
Obrigações com pessoal	2.611.043	2.581.164	2.783.705	2.771.200
Provisões	6.250.328	5.589.300	6.645.646	5.922.585
Outros débitos a pagar	443.540	168.884	709.597	321.766
	25.884.669	21.664.167	27.173.711	24.768.918
Não circulante				
Outros débitos a pagar	692.500	969.500	1.558.866	747.517
	692.500	969.500	1.558.866	747.517
	26.577.169	22.633.667	28.732.577	25.516.435

- (i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar aos fornecedores de materiais e medicamentos hospitalares, que estão disponibilizados no hospital da Cooperativa. Não á valores vencidos.

17 Provisões judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisões para ações - Tributárias (i)	16.272.525	14.656.360	16.272.525	14.656.360
Provisões para ações – Cíveis (ii)	3.522.943	2.950.516	21.727.480	12.880.973
Provisões para ações - Trabalhistas (iii)	4.930.033	1.369.579	5.015.568	1.369.579
	24.725.501	18.976.455	43.015.573	28.906.912

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

(i) Tributária – Federal:

A Administração da Cooperativa discute a não incidência do PIS e da COFINS sobre atos cooperativos e a adequada base de dados dos débitos entre os exercícios de 2012 a 2018, conforme nota explicativa nº 9.

(ii) Cíveis:

Saldo é composto substancialmente pelas verbas honorárias dos processos judiciais trabalhistas não abrangidos pelo contrato de risco, no processo de aquisição à época da Pro Saúde Assistência Médica e Hospitalar da controlada Unimed Santa Bárbara d'Oeste e Americana Participações S/A. Em 2022, a Administração da controlada, baseada na posição de seus assessores jurídicos reconheceu o complemento de provisão para perdas no montante de R\$ 8.359.615, conforme desembaraços processuais atuais.

DS
FDVG

DS
CA

(iii) **Trabalhista:**

A Administração da Cooperativa, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas. Há depósitos judiciais parciais efetuados para essas ações, conforme nota explicativa nº 9. Ainda, foi constituído no exercício de 2022, a provisão referente ao novo piso salarial de enfermagem no montante de R\$ 996.318.

18 Patrimônio Líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- Outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

As perdas são compensadas com as reservas existentes na data de balanço. De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados, ou ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na AGO.

Em 31 de dezembro de 2022 as sobras à disposição da AGO estavam demonstradas da seguinte maneira:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Sobra Líquida do Exercício	1.301.117	6.499.174
Resultado com atos não cooperativos	(2.254.921)	-
Realização AAP	78.793	108.553
Realização RATES	324.640	577.658
Reserva legal – 10%	-	(649.917)
RATES – 5%	-	(324.959)
Fundo Ref/Manut, MS e Cap Giro	-	(3.249.587)
Sobras à disposição da AGO em 2022	<u>(550.371)</u>	<u>2.960.923</u>

DS
FDVG

DS
CA

19 Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados				
Consulta	(69.103.244)	(82.969.059)	(69.103.244)	(82.969.059)
Exames	(33.208.612)	(35.817.813)	(33.208.612)	(35.817.813)
Terapias	(5.062.196)	(5.694.495)	(5.062.196)	(5.694.495)
Internações	(5.501.506)	(24.851.497)	(5.501.506)	(24.851.497)
Outros atendimentos ambulatoriais	(16.933.745)	(27.024.641)	(16.933.745)	(27.024.641)
Demais despesas médicas hospitalares	(140.960.140)	(137.821.081)	(140.960.140)	(137.821.081)
	(270.769.443)	(314.178.586)	(270.769.443)	(314.178.586)
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA				
Varição da PEONA	(2.362.776)	(2.192.455)	(2.362.776)	(2.192.455)
	(2.362.776)	(2.192.455)	(2.362.776)	(2.192.455)
	(273.132.219)	(316.371.041)	(273.132.219)	(316.371.041)

20 Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora

Descrição	Controladora		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar				
Saúde ocupacional	4.730.142	4.033.924	4.730.142	4.033.924
Tudo bem / aero médico	3.323.971	3.552.123	3.323.971	3.552.123
Particulares	2.613.453	1.724.411	2.613.453	4.523.991
Outros serviços prestados	3.489.464	1.521.819	3.489.464	13.031.795
	14.157.030	10.832.277	14.157.030	25.141.833
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar				
Taxa de administração	884.655	625.779	884.655	625.779
Diferença de tabela	12.521.344	9.629.525	12.521.344	9.629.525
	13.405.999	10.255.304	13.405.999	10.255.304
Outras receitas operacionais				
Outras receitas operacionais	1.536.715	958.635	2.953.325	1.134.176
	1.536.715	958.635	2.953.325	1.134.176
	29.099.744	22.046.216	30.516.354	36.531.313

21 Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com os planos de saúde da operadora

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Outros despesas oper.de assistência à saúde da operadora				
Saúde ocupacional	(2.736.068)	(1.687.531)	(2.736.068)	(1.687.531)
Tudo bem / aero médico	(3.447.357)	(2.921.833)	(3.447.357)	(2.921.833)
Intercâmbio Eventual (i)	(12.826.413)	(9.018.092)	(12.826.413)	(9.018.092)
Custo ociosidade (ii)	(2.679.475)	-	(2.679.475)	-
Outros serviços prestados	(705.576)	(622.398)	(705.576)	(2.940.410)
Provisão para perda sobre créditos não relacionados com o plano de saúde	477.010	(40.151)	477.010	(40.151)
	(21.917.879)	(14.290.005)	(21.917.879)	(16.608.017)
Outros despesas operacionais				
Outras despesas operacionais	(2.250.812)	(1.657.662)	(6.719.124)	(139.983)
	(2.250.812)	(1.657.662)	(6.719.124)	(139.983)
	(24.168.691)	(15.947.667)	(28.637.003)	(16.748.000)

DS
FDVG

DS
CA

- (i) O saldo é composto pela prestação de serviços de outras Unimed's em operações de intercâmbio.
- (ii) A Administração da Controladora, com base nas informações gerenciais disponibilizada pelo sistema operacional do recurso próprio, decidiu reconhecer no exercício de 2022, o custo de ociosidade, que antes era reconhecido como custo assistencial.

22 Despesas administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	(23.968.561)	(23.272.581)	(24.037.528)	(25.922.252)
Serviços de terceiros	(11.335.140)	(8.073.635)	(11.402.494)	(15.158.540)
Localização e funcionamento	(4.030.731)	(3.607.622)	(4.182.298)	(3.628.151)
Publicidade e propaganda	(1.368.263)	(1.932.765)	(1.368.716)	(1.977.647)
Tributos	(1.880.487)	(1.689.041)	(1.910.222)	(1.869.580)
Despesa com multa administrativa	-	(21.600)	-	(21.600)
Contingência (i)	(4.642.786)	(11.210)	(6.520.326)	(11.210)
Diversas	(804.509)	(1.793.416)	(845.375)	(5.293.225)
	(48.030.477)	(40.401.870)	(50.266.960)	(53.882.205)

23 Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	6.919.442	2.587.606	7.179.881	2.583.046
Descontos obtidos	410.537	436.567	583.563	572.885
Juros e multa por recebimento em atraso	1.058.787	1.121.429	1.058.787	1.121.903
Créditos Tributários	497.348	1.372.887	518.385	1.372.267
Atualização monetária	75.308	724	75.308	724
Juros sobre capital próprio	22.492	140.447	48.618	163.188
Outras receitas	116.871	48.050	116.871	48.050
	9.100.785	5.707.710	9.581.413	5.862.063
Despesas financeiras				
Despesas de aplicações financeiras	(17.140)	-	(18.212)	-
Descontos concedidos	(631.750)	(1.011.303)	(632.940)	(1.014.613)
Outras despesas	(225.191)	(84.017)	(225.191)	(84.017)
Juros e atualização	(904.814)	(930.806)	(906.399)	(967.572)
Juros por pagamento em atraso	(6.597)	(67.957)	(9.928)	(68.679)
Despesas financeiras diversas	(959.745)	(788.885)	(1.056.594)	(867.200)
	(2.745.237)	(2.882.968)	(2.849.264)	(3.002.081)
	6.355.548	2.824.742	6.732.149	2.859.982

DS
FDVG

DS
CH

24 Resultado patrimonial

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas patrimoniais				
Aluguel	193.565	197.163	193.565	215.163
Ajuste a valor justo - propriedade para investimento (i)	-	-	11.874.974	-
Equivalência Patrimonial	5.269.513	22.877	506.595	433.005
Outros investimentos	794.677	81.762	988.304	108.103
	6.257.755	301.802	13.563.438	756.271
Despesas patrimoniais				
Equivalência Patrimonial	-	(492.204)	(193.627)	(197.977)
Outros investimentos	(2.753.271)	(176.227)	(2.753.271)	(377.570)
	(2.753.271)	(668.431)	(2.946.898)	(575.547)
	3.504.484	(366.629)	10.616.540	180.724

25 Imposto de renda e contribuição social

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Controladora e suas Controladas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes de operações com cooperados são isentas destes tributos. As operações com terceiros são tributadas pelas alíquotas vigentes de acordo com a legislação atual.

26 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. A Diretoria executiva, órgão subordinado ao Conselho Administrativo, é composta por três membros, com mandato por performance, sendo Diretor Executivo Geral, Diretor Provimento da Saúde e Diretor Adjunto Administrativo Financeiro. Todos contratados e homologados pelo Conselho Administrativo, sendo os dois últimos indicados pelo Diretor Executivo Geral.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de cédula de presença.

Parte relacionada	Natureza da operação	2022	2021
Conselho de Administração	Prestação de serviço	1.930.608	1.252.697
Conselho de Administração	Cédula de presença	449.100	360.000
Conselho de Administração	Capital social	1.378.852	816.154
Conselho Fiscal	Prestação de serviço	1.571.254	1.834.981
Conselho Fiscal	Cédula de presença	135.000	105.000
Conselho Fiscal	Capital social	1.137.280	956.874

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

27.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa e suas controladas participam de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Cooperativa e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos pós fixado, nos exercícios de 2022 e 2021.

27.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa e suas controladas possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

DS
FDVG

DS
CA

a.1 Risco de taxas de juros

A Cooperativa e suas controladas não possuem alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa e suas controladas não trabalham com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Disponível		2.103.486	2.211.839	2.540.457	2.621.615
Aplicações financeiras	5	60.449.784	54.964.266	64.865.709	56.472.449
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	17.120.912	15.854.931	17.120.912	15.854.931
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	7	2.381.066	1.235.026	2.381.066	1.235.026
Bens e títulos a receber	8	11.290.475	13.345.956	14.082.144	16.048.170
Conta corrente com cooperados		216.178	110.319	216.178	110.320
		93.561.901	87.722.337	101.206.466	92.342.511

b.2 Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

DS
FDVG

DS
CA

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa e suas controladas encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa e suas controladas.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa e suas controladas para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa e suas controladas investem o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

27.3 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa e suas controladas para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa e suas controladas possuem , aproximadamente, 35% e 33% (34% e 31% em 2021) do seu ativo total registrado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

DS
FDVG

DS
CA

DocuSigned by:
CAC
Assinado por: CESAR AUGUSTO CIELO:02510661850
CPF: 02510661850
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2023 | 12:14:48 PDT
ICP
Brasil
00BEE3F7D96743C89B5F51258D23CB88

28 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos e participações	1.301.117	6.499.172
Ajustes		
Equivalência patrimonial	(5.269.513)	492.204
Depreciações e amortizações	2.926.357	2.997.600
Resultado na alienação de bens	5.318	3.907
Provisão para perdas sobre créditos	(692.495)	768.026
Adequação do saldo dos tributos diferido sobre a reavaliação	(8.911)	(8.911)
Provisões para ações judiciais	5.749.046	(3.633.084)
Variação das provisões técnicas	2.570.507	3.471.892
Outros ajustes e conciliações do resultado	<u>63.079</u>	<u>(5.455.999)</u>
	<u>6.644.505</u>	<u>5.134.807</u>
(Aumento) redução nos ativos:		
Aplicação financeira vinculadas às provisões técnicas	(5.123.288)	(2.216.245)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(1.059.953)	(4.871.159)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(648.980)	220.260
Créditos tributários e previdenciários	(492.669)	(166.619)
Bens e títulos a receber e despesas antecipadas	2.142.558	(3.087.580)
Conta corrente de cooperados	(105.857)	74.532
Depósitos judiciais	(1.890.161)	3.847.484
Outros Créditos	<u>160.588</u>	<u>201.368</u>
	<u>(7.017.762)</u>	<u>(5.997.959)</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Débitos de operações de assistência à saúde	649.467	(262.738)
Débitos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	436.523	133.000
Tributos e encargos sociais a recolher	283.221	(280.295)
Débitos diversos	3.943.502	1.521.034
Conta corrente de cooperados	<u>(152.760)</u>	<u>(55.214)</u>
	<u>5.159.953</u>	<u>1.055.787</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	<u>4.786.696</u>	<u>192.635</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	<u>4.786.696</u>	<u>192.635</u>

29 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

DocuSigned by:
Cesar Augusto Cielo
Assinado por: CESAR AUGUSTO CIELO.02510661850
CPF: 02510661850
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2023 | 12:13:51 PDT
ICP
Brasão
Dr. Cesar Augusto Cielo
Diretor Executivo Geral

DocuSigned by:
Celso Horikawa
0DDF16A7D2FF485...
Sr. Celso Horikawa
Diretor Financeiro

DocuSigned by:
Francielly Dorneles Vital Gonçalves
523152A78412410...
Francielly Dorneles Vital Gonçalves
Contadora - CRC 1SP-294469/O-6

DocuSigned by:
Tais Melo Torres
5E95BC809D9D455...
Tais Melo Torres
MIBA 3.508